

PERSPECTIVAS FEMINISTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ABORDAGEM FUNDAMENTAL PARA O PLANEJAMENTO URBANO**FEMINIST PERSPECTIVES AND SOCIAL MOVEMENTS: A FUNDAMENTAL APPROACH TO URBAN PLANNING**

Vanessa Oliveira Batista Berner¹
Heloisa Melino²

Resumo

Encarando o urbanismo como um discurso de poder e instrumento de regulação, este artigo trata da necessidade de pensar e praticar o planejamento urbano pela escuta e pelo trabalho conjunto com os movimentos sociais urbanos, propostas que vem sendo feitas em diversas áreas técnicas e do saber pelas perspectivas feministas e descoloniais. Trata-se, sobretudo, de descentralizar a (re)produção de conhecimento das universidades, espaços que historicamente excluíram grupos e populações expropriadas e exploradas. A partir de revisão bibliográfica e da análise de letras de *funk* carioca, tem-se a proposta de reunir diversas narrativas sobre as desigualdades sociais e as resistências produzidas nas cidades pelos grupos e populações que vivem o cotidiano das comunidades, favelas e periferias que compõem a malha urbana. Mais do que pensar os aspectos práticos de planejamentos urbanos que são feitos para manter a subordinação desses grupos, o objetivo deste artigo é falar sobre a necessidade da própria mudança de paradigmas pelos quais o urbanismo vem sendo teorizado e praticado para efetivamente atender às necessidades das comunidades locais. Trabalhamos por duas frentes: primeiro pautando a necessidade de criatividade para autogestão de comunidades para sobrevivência num Estado neoliberal; segundo, entendendo que a heterogeneidade dos movimentos sociais deve ser encarada como sua verdadeira potência de resistência, com a busca de alianças possíveis.

Palavras-chave: Direito, cidade, movimentos sociais urbanos, epistemologias feministas, teorias descoloniais

Abstract

Facing urbanism as a discourse of power and instrument of regulation, this article is about the need of thinking and practicing urban planning throughout hearing and working along with urban social movements, something that has been pointed out as fundamental in many areas of knowledge and

¹ Doutora em Direito pela UFMG com estágio na Universidad Complutense de Madrid (1996). Professora associada da UFRJ, na Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFRJ. Coordena o Laboratório de Direitos Humanos (LADIH) da UFRJ. Professora convidada do "Centre de Droit International" da Université Paris X (UPX), França. Professora orientadora do "Programa de Doctorado, Ciencias Jurídicas y Políticas" da Universidad Pablo de Olavide (UPO), Espanha. E-mail: vanessaberner@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha Direitos Humanos, Sociedade e Arte. Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos (LADIH/UFRJ) e ativista feminista. Participa da construção de movimentos sociais no Rio de Janeiro, como a Marcha das Vadias e a Ala Feminista da Marcha da Maconha. Colaboradora jurídica do PreparaNem e da CasaNem. E-mail: heloisamelino@gmail.com

technic by feminist and decolonial perspectives and/or theories. It is about decentralizing from the universities the (re)production of knowledge, for it's a place from which exploited and expropriated groups of people have been historically excluded. Through literature review and the analysis of carioca's *funk* lyrics, the authors seek to gather diferente narratives on the production of social inequality and resistance by the people who daily live in communities, favelas and suburbs that make up the fabric of the city. More than thinking about the practical aspects of urban planning that are made to maintain the subordination of such groups, the purpose of this article is to reflect upon the need of changing the perspective from which urban planning itself has been theorized and practiced in order to attend the needs of people who actually live in local communities. We work on two fronts: first on the need of creativity for self-management of communities struggling to survive in a neo-liberal state; secondly, that the heterogeneity of social movements should be seen as its true power of resistance, seeking for possible alliances. At the end we bring three practical examples of communities that work in other paradigms.

Keywords: Law, city, social urban movements, feminist epistemologies, decolonial theories

INTRODUÇÃO

Habitamos em espaços urbanos cuja prática é amparada por teorias que sustentam o modelo aplicado. Uma das questões mais relevantes para abordar os movimentos sociais urbanos desde uma perspectiva feminista e trazer novas propostas reside na problematização, justamente, dessas teorias e dessa prática. Devemos questionar a quem interessa o recorrente modelo neoliberal de planejamento urbano, hegemônico nas grandes cidades globais do ocidente; devemos perguntar qual é o tipo de desenvolvimento de que os planejadores neoliberais estão falando e implementando. As pessoas lésbicas, travestis, gays, prostitutas, migrantes da periferia do mundo (latino-americanos, africanos, asiáticos...), as mães solteiras, os homens negros pobres, os desempregados, as pessoas sem propriedade privada, a população de rua, os mendicantes, os excluídos do mercado formal de trabalho, a mão-de-obra barata, são pessoas cujas vidas são precarizadas. Interessa a elas o discurso do urbanismo produzido na teoria e na prática dos grandes centros urbanos?

Em primeiro lugar, é preciso discorrer sobre o *patriarcalismo*, entendido como a base e suporte de todo tipo de dominação autoritária ou totalitária. E aqui é mais adequado utilizar “patriarcalismo” e não “patriarcado”, a fim de rejeitar as posições estáticas que nos levam a pensar em uma estrutura de opressão autônoma quanto ao resto de opressões e dominações que preponderam nas relações sociais capitalistas. O “patriarcado” afeta apenas a um determinado coletivo (a mulher em abstrato), ao passo que o “patriarcalismo” é a categoria que abrange o conjunto de relações que articulam um conjunto de opressões indiferenciado: gênero, sexo, etnia e classe social, bem como o modo como as relações sociais particulares conjugam uma dimensão pública de poder, exploração ou a servidão pessoal. O termo patriarcalismo, portanto, é mais adequado, pois nos faz ver como as relações patriarcais se articulam com outras formas de relação social em um dado momento histórico. Isto porque as estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes, pois a opressão de cada uma está insculpida na outra.

Ao longo da História foi se consolidando uma “naturalização” dos valores masculinos e femininos, e o patriarcalismo induziu uma construção social do direito e da política instituindo duas situações: uma visível - a da esfera dos que são iguais perante a lei; e uma invisível - a dos que são diferentes. Em que pesem os inegáveis avanços alcançados em diversos países, especialmente, os

européus ocidentais, quanto à igualdade de tratamento, as velhas desigualdades se perpetuam ou são reinventadas, na mesma medida em que as conquistas jurídicas se desfazem diante da aparição de novas circunstâncias e conceitos (HERRERA FLORES, 2005: 30-35). Assim, em relação aos grupos citados anteriormente, aos progressos que foram até agora conquistados, fica uma incômoda questão: por que, nas condições atuais, essas pessoas não se beneficiam na mesma proporção que os homens cisgêneros dos progressos alcançados? Por que recebem um tratamento diferenciado na sociedade que foi construída de forma conjunta? Esta é efetivamente, a grande questão diante do patriarcalismo.

Encarando o urbanismo como um discurso de poder e instrumento de regulação, este artigo se baseia numa proposta de construção epistemológica urbanista que não tenha só marcos teóricos. Aqui vamos buscar contribuir para uma epistemologia cuja necessidade já vem sendo debatida por teóricas feministas como bell hooks, Gloria Anzaldúa, Cherrie Moraga, Donna Haraway e muitas outras, que são os saberes que estão sendo (re)produzidos fora das universidades, como os das mulheres, das pessoas negras e das pessoas pobres. Esses são grupos que, historicamente, estiveram excluídos dos espaços institucionais de ensino, mas cuja sabedoria circula por meio da tradição oral e de diversas outras formas: músicas, poesias, literatura de cordel, conversas... São conhecimentos passados por gerações de pessoas que vivem/viveram a cidade, mas que não têm/tiveram inserção institucional por serem grupos explorados e expropriados. Mais do que pensar os aspectos práticos de planejamentos urbanos que são feitos para manter a subordinação de mulheres, de pessoas negras e de pessoas pobres, a proposta é de pesquisar a necessidade de mudar a perspectiva pela qual o urbanismo vem sendo teorizado e praticado. Em outras palavras, a pesquisa aqui apresentada foi realizada para buscar novos paradigmas.

PORQUE SÃO NECESSÁRIAS AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Esse debate se insere no contexto de contribuir para pensar as teorias e práticas urbanistas comprometidas com o combate às desigualdades provocadas pelo projeto neoliberal, não só entre os que circulam no espaço do saber institucional, mas também entre os próprios movimentos sociais. O contraponto à política de consensos do neoliberalismo são os conflitos. Neste sentido, Mouffe (2005) defende que é só por essa via que podemos realmente falar em democracia. Para a autora, política é conflito, democracia radical vem do reconhecimento de adversários legítimos e de debates que busquem possibilidades de acordos. Os movimentos sociais urbanos vêm sendo

criticados por não conseguirem exercer resistência aos projetos neoliberais de cidade. Pretendemos trabalhar sobre duas premissas: (1) estando o Estado comprometido com a ideologia neoliberal³, à qual interessa a manutenção e ampliação das desigualdades, os movimentos sociais urbanos precisam de criatividade para autogestão de suas comunidades, ou seja, as pessoas das comunidades devem, elas próprias, buscar alternativas para sua sobrevivência (isso não significa deixar de pressionar o Estado, e sim não esperar que venha dali a mudança de estruturas, pois certamente não virá); (2) a heterogeneidade dos movimentos sociais não pode ser invisibilizada, pois isso cria desinteresse na participação política e social na comunidade, ao contrário, a heterogeneidade deve ser encarada como a potência de produção desses movimentos. Os movimentos sociais são o lugar propício ao florescimento do projeto de democracia radical, com a busca de alianças possíveis, como defende Chela Sandoval (2000).

As epistemologias feministas surgem da necessidade de repensarmos que formas de produção de conhecimento legitimamos dentro das universidades e nos ambientes de debates políticos. As teóricas feministas de urbanismo mostram o foco androcêntrico do urbanismo ao demonstrar que essa literatura não está atenta às diferentes maneiras pelas quais ele se constrói e como impactam no planejamento, na cidade e no espaço público para homens e para mulheres. Essa argumentação enfrenta grande resistência entre colegas que sustentam a não-corporificação da teoria, mas as situações práticas que algumas mulheres apresentam são irrefutáveis. Marsha Ritzdorf aponta um exemplo de como a perspectiva masculina reverbera no planejamento:

Por sua experiência de vida as mulheres aprenderam que uma ação sempre reflete nas experiências pessoais das pessoas envolvidas no processo de tomada de decisão. Um simples exemplo disso é a falta de atenção ao estupro e à segurança pessoal no projeto e planejamento ambiental, onde a maioria de práticos são homens (RITZDORF, 1992:448)⁴

³ Alysson Leandro Mascaro explica que o Estado é a forma política do capitalismo, é ele que garante as condições para o capital, e a materialização da forma política se dá por meio das instituições políticas. Assim, nas sociedades capitalistas, o dinheiro depende de certas institucionalizações do Estado para sua garantia. Há um descompasso entre o Estado, suas normas e as atividades das classes burguesas e trabalhadoras nos países ainda não plenamente desenvolvidos no circuito capitalista. *In Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 30-40.

⁴ Tradução livre. No original: "Through their life experiences women have learned that the end result of an action always reflects the personal experiences of those involved in the decision making. A simple example of this is the lack of attention to rape and personal safety in environmental design and planning where most practitioners are men."

Mas falar sobre mulheres e a teoria e prática do planejamento é mais do que apenas falar de como as mulheres não estamos contempladas nessas estratégias, trata-se de questionar que forma de conhecimento é tida como válida, ou seja, a partir de quais paradigmas o planejamento urbano vem sendo pensado, teorizado e praticado. As epistemologias feministas vêm sendo construídas para demonstrar que esse conhecimento não tem nada de geral, universal e abstrato. O que se propõe é uma mudança total de perspectiva:

O projeto de epistemologia feminista, assim definido, tem claras implicações para a teoria e a prática do planejamento. Enquanto o tema de uma epistemologia feminista distintiva continua sendo controverso, nós sugerimos que uma perspectiva feminista envolve a relevância das seguintes formas de conhecimento na prática de planejamento. Primeiro, falar: especialmente a importância das tradições orais, da contação de histórias, da “fofoca”. Segundo, escutar, o que Forester brilhantemente descreve como a “política social da vida cotidiana”. Terceiro, o conhecimento tácito ou intuitivo. Quarto, a criação de formas simbólicas (pinturas, murais, músicas): Essa pode ser uma forma ainda mais importante de comunicação, especialmente no processo da participação comunitária, do que os planejadores estão preparados para reconhecer. Finalmente, agir – ou como Jane Addams definiu em seu trabalho publicado em Chicago na virada do século Assentamento de Casas, “aprender fazendo”. Todas essas formas de conhecimento são relacionadas ao sujeito. Ou seja, quem fala, quem ouve, quem age, o que nos lembra o conhecimento de uma natureza parcialmente autobiográfica e, portanto, generificada. E uma vez que reconhecemos a validade de formas de saber que não sejam a científica e a técnica, precisamos repensar nossas questões metodológicas, como de que forma vamos fazer nossas pesquisas em planejamento. (SANDERCOCK and FORSYTH, 1992:472-473, grifos nossos, todas as referências que as autoras usam estão na nota)⁵

Nesse breve parágrafo podemos reparar em alguns pontos. O primeiro deles é a excessiva citação bibliográfica para sustentar uma tese que não é tradicional na universidade: que o

⁵ Tradução livre. No original: The feminist epistemological project, thus defined, has clear implications for planning theory and practice. While the issue of a *distinctively feminist epistemology* remains a controversial one [...] we suggest that a feminist perspective involves the relevance of the following ways of knowing in the practice planning (see Sandercock and Forsyth 1990). First, talking: especially the importance of oral traditions, of storytelling, of “gossip” (see Belenky et al. 1986:116). Second, listening, which Forester (1989) insightfully describes as the “social policy of everyday life”. Third, tacit or intuitive knowing (see Keller 1983; Polany 1958). Fourth, creating symbolic forms (paintings, murals, music): These may be a more important way of communicating, especially in the process of community participation, than planners have been prepared to acknowledge. Finally, acting – or as Jane Addams defined it in her Settlement House work in turn-of-the-century Chicago, “learning by doing”. (Addams 1910, Dewey 1929). All of these ways of knowing are subject-related. It is the who do the talking, listening, acting, which reminds us of partially autobiographical and thus gendered nature of knowledge. And once we acknowledge the validity of other than scientific and technical ways of knowing, we have to rethink other methodological issues, such as how we go about research in planning. (Sandercock and Forsyth, 1992:472-473)

conhecimento que não é técnico e não é científico também é um conhecimento válido e que sua metodologia é bastante diferente da tradição acadêmica. As autoras também chamam a atenção para como os planejadores têm resistência em reconhecer a criação de formas simbólicas de comunicação como parte do processo de planejamento, muito embora esta seja a mais importante forma de comunicação no processo de participação comunitária. É um estímulo para pensarmos quais práticas e teorias estamos conduzindo quando estamos buscando planejamentos que visam a “melhorar” a vida em comunidades e instam a que ouçamos as pessoas da própria comunidade, de todas as formas que elas se expressam⁶.

O que as epistemologias feministas propõem é a desconstrução da ilusão de que a teoria e a prática do planejamento urbano são/possam ser puramente técnicas, gerais, abstratas, incorpóreas e que todas e todos coloquemos explicitamente nossos corpos em nossas teorias e práticas. As teóricas feministas sabem os custos políticos - e até mesmo profissionais - que essa posição política pode trazer:

Uma planejadora que escolhe a perspectiva feminista para tratar de planejamento precisa estar pronta para ser rotulada e ter sua credibilidade profissional, sua inteligência ou metodologia de pesquisa questionadas por colegas hostis ou, na melhor das hipóteses, indiferentes. Afinal, quando uma pessoa admite que tem uma perspectiva, ela está negando o mito da racionalidade técnica e da neutralidade, na qual muitos planejadores baseiam suas identidades. (RITZDORF, 1992:448)⁷

Lidam com colegas que não raro questionam se o planejamento localizado não seria uma espécie de pós-modernidade de fragmentação que impediria um planejamento global. Esse questionamento, no entanto, só mostra como alguns estão presos nos mitos da neutralidade e universalidade e estão, sobretudo, preocupados em “eternizar” seus conhecimentos para “salvar” o mundo, quando o que tem preocupado as feministas é o que nos cerca, são as necessidades reais e diárias.

As teorias feministas mostram que a única coisa que pode ser global é a perspectiva de que as construções de uma comunidade precisam vir de dentro da comunidade, e que cada uma tem

⁶ Tendo isso em mente é que trazemos algumas músicas de funk carioca para ilustrar este texto.

⁷ Tradução livre. No original: “A female planner who chooses to approach planning from a feminist perspective must be ready to be labeled and have her professional credibility, intelligence or research methodology questioned by hostile, or at best indifferent, colleagues. After all, if one admits they have a perspective, they are denying the myth of neutral, technological rationality on which many planners depend for their identity.”

suas especificidades. As teorias descoloniais⁸ chamam a atenção, justamente, para não buscarmos soluções prontas e fechadas para os problemas que vivemos. A proposta dos teóricos descoloniais é contextualizar social, cultural e politicamente nos países periféricos o que se produziu à margem do conhecimento hegemônico por imposição dos processos civilizatórios colonizadores. Para isto, buscam entender e localizar as experiências de reorganização ou recomposição que ocorrem depois de momento de descentralização e/ou desterritorialização. Esses autores analisam as diversas realidades de indivíduos e grupos que atuam à margem de contextos de dominação e subordinação e, para tal, produzem novos formatos, ao passo em que compreendem o contexto em que os elementos de subordinação são produzidos.

A solução está em complexificar, não em simplificar, porque ao simplificar mantemos hegemonias. Fazemos políticas para práticas diárias porque vivemos o dia a dia em posição de subalternidade. Mais do que mudar o mundo nos importa, primeiro, mudar nossas comunidades, pois se cada comunidade aos poucos muda, ao fim muda o mundo. A reivindicação de direitos, numa perspectiva popular, deve ser feita por meio de um movimento social. Deve ir além dos casos específicos e integrar uma mobilização social e política permanente. Deve-se propugnar por uma cultura de direitos que contemple a responsabilidade, controle e avaliação permanente a fim de promover uma transformação cultural (GALLARDO, 2006: 64).

Essa necessidade de mudança de perspectiva não é para ouvir o conhecimento apenas de mulheres, porque não somos o único grupo historicamente marginalizado dentro das universidades e dos centros de (re)produção de saberes legitimados. É para ouvir e atender a todos os grupos de pessoas que não tiveram acesso ao ensino institucional por terem sido exploradas/os e expropriadas/os, precisando focar na subsistência física, não tendo tempo e meios para se inserirem em escolas, universidades e, por esse motivo, não tendo uma tradição de ensino formal. Estar dentro de universidades não é um passo “natural” na vida de qualquer pessoa, é um privilégio para elites econômicas. Para comprovar isso, basta olharmos para dentro de uma universidade pública brasileira, basta que notemos quem são os autores de referência que usamos, quais são os livros que estamos lendo.

O foco deste trabalho são as estratégias de sobrevivência, planejamento e mobilização de mulheres cis e trans, porque as mulheres, historicamente, foram excluídas dos espaços de poder e

⁸ Para uma leitura que possibilite compreender essas teorias, ver Anibal Quijano, Walter D. Mignolo, Santiago Castro-Gómez, dentre outros.

porque é fundamental ouvir suas vozes quando o assunto é também sobre sua segurança, integridade física e vida – já que a cidade precisa ser pensada e planejada não só para homens, mas para todas e todos. Além das especificidades de ser mulher, a experiência de sobrevivência das mulheres é o que pode mudar o planejamento urbano. Porque fomos ensinadas que o espaço público não é nosso e que devemos pedir licença para entrar e, ainda assim, entrando, estamos sujeitas a violências que vão desde simbolismos de desvalorização, como a objetificação de nossos corpos em propagandas publicitárias, os salários mais baixos no mercado de trabalho quando exercemos as mesmas funções e trabalhamos as mesmas horas que os homens⁹, até o assédio, os estupros, a violência física e até a morte¹⁰.

A sociedade centrada no conhecimento masculino exige uma mudança da forma de atuação e comportamento das mulheres: para sermos ouvidas precisamos aprender a estar no lugar de quem domina, a agir de forma “racional”, comedida, de forma, em verdade, masculina. Mas a nossa maior potência é a política diária de sobrevivência. É aprender a resistir dentro dos jogos de poder sem estar no poder, sem exercer dominação. Esta é a melhor lição que

⁹ Os dados estatísticos de feminização e racialização da pobreza são irrefutáveis. No Brasil, as mulheres ganham, em média 28% a menos que os homens. As mulheres negras, ganham cerca de 50% do salário de homens brancos. Dados publicados em 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que são 498.521 empregos formais de mulheres negras contra 7,6 milhões de mulheres brancas e 11,9 milhões de homens brancos. Além de estar relegada à informalidade, a mulher negra ganha, em média, R\$ 790,00 e o salário do homem branco chega a R\$ 1.671,00. Também são as mulheres negras as que têm maior índice de desemprego, 25%, e as que estão em maior número em empregos precários: 71%, sendo que esses mesmos empregos são ocupados por 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos. Todos esses dados são sobre pessoas cisgêneras, pois o IBGE não reconhece ainda as pessoas transgêneras. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) estima que 90% das pessoas trans trabalhem como profissionais do sexo (este último dado em ESTADO DE SÃO PAULO. “Há vaga para transexuais e travestis”, 2013. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ha-vagas-para-transexuais-e-travestis,1093997,0.htm> acesso em 14 de maio de 2016)

¹⁰ O Brasil é o 7º país que mais mata mulheres no mundo. Em 2011, 4.512 mulheres perderam a vida violentamente no Brasil, 4,6 mortes para cada 100 mil mulheres, de acordo com o Censo de 2010. Segundo o Instituto Avante Brasil, em 2013, 4.674 mulheres perderam a vida de forma violenta. Nessa projeção, foram 389 mortes por mês, 13 por dia e uma por hora em 2013.

Esses dados também são referentes a mulheres cisgêneras. A lei que reconhece o feminicídio, que é a qualificação do crime de homicídio em razão do gênero, ou seja, que reconhece que quando as mulheres morrem por causa de agressão fruto de violência doméstica apenas foi aprovada em março de 2015, mas ainda assim o texto aprovado dificulta a aplicação às mulheres, pois o termo gênero foi vetado pelo presidente do Senado e substituído por sexo.

Em 2013, o grupo TransRevolução relatou que 121 pessoas trans foram brutalmente assassinadas em razão de sua identidade de gênero, um dado também que é subnotificado, haja vista o não reconhecimento da identidade social de pessoas trans pelo Estado brasileiro. (dado em FACEBOOK. Atualização de status de Indianara Sophia Fênix : “Quem vai chorar por elxs 2013”, 2014. Disponível em <https://www.facebook.com/sophiafenix/posts/425652044232447?fref=nf> acesso em 19 de abril de 2016)

os movimentos sociais de pessoas “indesejáveis” precisam incorporar: aprender a resistir dentro das estruturas do poder e ao poder. Nas sociedades de classe contemporâneas, típicas do modelo capitalista, as mudanças sociais que impliquem na diminuição da desigualdade e no foco estatal em questões sociais somente acontecerão se ficar demonstrado o conflito entre o trabalho e o capital. Essa visibilidade se dá pela mobilização dos movimentos sociais em atos políticos para lutar por direitos¹¹. É essa resistência que fortalece o senso de comunidade; e para ela acontecer é preciso atenção às diferenças. Precisa haver um grupo de pessoas que internamente se reconheça.

Um princípio que deve estar presente nos movimentos sociais de forma geral é de que não adianta apagar, silenciar as diferenças em função de um suposto bem maior, pois o silenciamento promove ou acirra rupturas. Neste sentido, Gallardo (2006: 84) aposta em uma teoria popular de direitos humanos que nutre e guia o movimento social local em direção aos direitos.

Algumas das violências que as mulheres passam são relatadas também nas letras de funk que denunciam agressão. O funk é, atualmente, uma das maiores manifestações culturais de massa do país, relacionando-se diretamente como o estilo de vida de jovens das periferias e favelas, especialmente no Rio de Janeiro¹². É importantíssimo reconhecer esse estilo musical quando tratamos de planejamento urbano no Rio de Janeiro, da mesma maneira que as músicas populares regionais de cada lugar devem ser reconhecidas como forma de manifestação válida sobre seus interlocutores a respeito de situações que vivenciam, pois é por meio da arte, muitas vezes, que pessoas que não acessam os espaços institucionalmente reconhecidos de conhecimento expressam seus descontentamentos e reivindicações para melhora na qualidade de suas vidas.¹³

Uma das modalidades do funk é o chamado “funk putaria”, em que o tema central é o sexo. Considerando que essa expressão musical é uma forma de trabalho, de identidade e de visibilidade pública, é relevante analisar algumas letras de funk, cujas origens e performances se situam em um contexto espacial e social específico da cidade, justamente lugares onde se critica a forma de chegada do Estado e as suas políticas neoliberais de planejamento urbano. Essas músicas

¹¹ Ver SOUTO MAIOR, 2013.

¹² Sobre a relação do funk carioca com a comunidade, sugerimos a leitura de Facina, 2013.

¹³ Esse debate é muito feito por feministas do chamado movimento de mulheres do sul ou do “terceiro mundo”, pois questiona a centralidade acadêmica na produção do conhecimento, a necessidade de reconhecer outras formas de produção e de reconfiguração da linguagem que usamos nas universidades e nas (re)produções de conhecimento que aqui/ali fazemos. Para maior adensamento sobre o tema, sugerimos Melino, 2015, especialmente o capítulo 01, “A intimidade com a linguagem – conhecer também é um ato político

envolvem performances sensuais e a questão de gênero de uma forma bastante crua subvertendo, não raro, os significados tradicionais de identidade atribuídos a homens e mulheres¹⁴. MC Ném, que grita *“Piranha é o caralho, você não sabe o que eu sofria em casa”*¹⁵ para falar que mulher não tem que ser *“escrava de homem”* e Valesca, que diz que largou o marido porque *“eu lavava, passava, tu não dava valor, só me dava porrada e partia pra farra, eu ficava chorando que nem uma maluca. Valeu muito obrigada, mas agora virei puta”*¹⁶, são duas mulheres que demonstram a revolta feminina contra a dominação, inclusive pela força bruta.

O discurso liberal clássico traz a oposição entre domínios público e privado, colocando os direitos como um domínio privado no qual o Estado não deve interferir, para não suprimir a liberdade individual. É um discurso criticado por teóricas feministas porque a divisão entre público e privado não existe, já que a dominação masculina está em ambas e uma repercute na outra. A música *“Contra o genocídio do povo negro”*, de autoria coletiva, gravada pelo grupo feminista da periferia do Rio de Janeiro, Pagufunk, coloca o sistema público de saúde em cheque, quando aborda o racismo institucional e a precariedade das instalações, mostrando que esse problema, que seria pessoal/privado é também um problema político/público:

Na adolescência, uma menina grávida
Não tem médico no posto
Filho de preto tem que nascer morto
Doutor, cadê anestesia?
‘Não precisa, você é forte, menina’

Racista! Não vou me lamentar!
Minha cabeça não vou abaixar!
Pelo meu filho e pelo meu irmão
Até com a própria mão eu paro um caveirão!”¹⁷

O trabalho feminino como cuidadoras do lar, da família, dos filhos e de parentes idosos e como *“reprodutoras”* assegura as bases materiais e emocionais para que a esfera pública siga funcionando corretamente (CORRÊA E PECHESKY, 1996). Esses trabalhos não são sequer reconhecidos dentro do conceito liberal de trabalho, pois não são remunerados e acontecem no âmbito doméstico, ao passo em que a concepção liberal de trabalho é pública, o que ser contrapõe

¹⁴ Para mais detalhes sobre o assunto, ver LOPES, 2011.

¹⁵ Música: *Piranha é o caralho*, MC Nem, 2010

¹⁶ Música: *Larguei meu marido*, Valesca, 2007.

¹⁷ Música *“Contra o genocídio do povo negro”*, PaguFunk, 2014.

à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que estabelece que todo trabalho deve ser remunerado de forma que garanta sobrevivência digna¹⁸.

Bem público para nós, mulheres, é atender aos nossos interesses individuais de redução da pobreza, violência de gênero e de desrespeito às nossas decisões sobre nossos corpos, porque essas condições sociais impedem que possamos tomar decisões pessoais e concretiza-las (CORRÊA E PECHESKY, 1996).

Além da feminização da pobreza (CHANT, 2008), da falta de remuneração dos trabalhos domésticos, há as questões de reprodução e de cuidado que também nos tiram do mercado de trabalho. A violência sofrida no âmbito doméstico também traz a necessidade de borrar a barreira público/privado, pois essas estatísticas só existem devido à hierarquização social de gêneros que coloca as mulheres em posição de subordinação aos homens.

De acordo com o IPEA, cerca de 50.000 mulheres denunciaram casos de estupro em 2012 – o que equivale a uma mulher ser estuprada a cada 12 minutos. Esses números, no entanto, seriam apenas 10% dos casos denunciados. De acordo com o relatório,

Em 2013, o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil. (CERQUEIRA e COELHO, 2014:6, grifo nosso)

E essas violências sexuais, em sua maioria são cometidas por pessoas próximas das vítimas. Como relatam, *“70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares”* (CERQUEIRA e COELHO, 2014:9, grifo nosso).

Violência doméstica, estupros em casa. Como mulheres, aprendemos que o pessoal é político, não existe a cisão entre o público e o privado. Uma comunidade não pode apagar os sinais de violência em nome de uma suposta coesão. Afinal, coesão para quem?

¹⁸ Artigo XXIII da DUDH: Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana

CRESCIMENTO URBANO E OS MODELOS DE PLANEJAMENTO RECENTES COMO MODELOS DE EXCLUSÃO

Nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento demográfico superou o do PIB e isso ampliou o universo da desigualdade no Brasil. Aumentaram o desemprego, as relações informais e a pobreza na área urbana. As periferias começaram a crescer mais do que as regiões centrais das cidades, as condições de moradia pioraram e a concentração de renda se acentuou.

No final dessas décadas, com o governo de Fernando Collor de Mello e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, foi implantada no Brasil uma agenda de cunho neoliberal, com a privatização de empresas estatais e a liberalização econômica. O Brasil chega aos anos 2000 como um país *“com vigoroso crescimento econômico”*, mas com *“um dos maiores índices de desigualdades sociais e concentração de renda”* (Santos Junior, 2008:137). Em razão da hegemonia desse pensamento liberal, as camadas mais ricas da população enriquecem cada vez mais, enquanto as mais pobres vivem em precariedade cada vez maior.

Com a descentralização do planejamento urbano e o aumento da participação dos municípios na gestão dos centros urbanos após a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades (2003), evidenciam-se dois modelos de planejamento: a cidade-direito e a cidade-mercado. O segundo, a exemplo do que acontece atualmente na cidade do Rio de Janeiro, tem vencido essa disputa.

A cidade-direito, segundo Santos Junior,

Afirma o papel central do poder público no planejamento urbano e o seu compromisso com o enfrentamento dos mecanismos de produção de desigualdades e exclusão decorrentes da vigência da dinâmica do mercado no uso e ocupação do solo urbano e do controle do poder político pelos interesses patrimonialistas. (SANTOS JR, 2008:152)

Seria o equivalente a um Estado que, efetivamente, agisse em favor do povo. Mas as massas não têm o mesmo peso político que as classes médias, o empresariado e a burguesia – às quais o que interessa é a acumulação de renda, o acesso a bens e a serviços e uma cidade esteticamente mais aprazível, ou seja, a quem interessa a superexploração da força de trabalho da classe popular e que fique cada vez mais distante dos centros urbanos e das zonas onde residem e transitam as pessoas com maior poder econômico. Para esses objetivos, portanto, é mais interessante o modelo da cidade-mercado, em que os agentes são *“clientes-consumidores portadores de direitos privados”* (SANTOS JR, 2008:151). Esse modelo vem sendo implantado nas

idades globais do capitalismo, que “*são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados*” (HARVEY, 2013:29). As cidades-mercado são planejadas com estratégias empresariais e modelos de planejamento estratégicos, onde o que tem relevância é o interesse privado e não o coletivo.

Vainer (2000) traz notas sobre o Planejamento Estratégico Urbano, que é uma forma de pensar e planejar a cidade a partir de modelos de administração de negócios, colocando a experiência de Barcelona como um paradigma inspirado nos conceitos da Escola de Negócios/Administração de Harvard. O Planejamento Estratégico deveria ser adotado porque, em razão da globalização da economia, as cidades passam a ser vistas como territórios que disputam investimento de capital, tecnologia, competência gerencial, novas indústrias e negócios, e força de trabalho qualificada. Esse modelo vem crescendo cada vez mais no Brasil e na América Latina, e a cidade do Rio de Janeiro é um exemplo disso.

Vainer (2000) defende que o discurso do Planejamento Estratégico se estrutura sobre a articulação da cidade enquanto mercadoria, empresa e pátria, e sua adoção implica na apropriação da cidade por interesses empresariais privados e pelo banimento da política, porque se busca o consenso, já que os conflitos podem desestabilizar a ordem necessária a esse tipo de planejamento.

A cidade como uma mercadoria de luxo consiste em vender sua imagem pelos atributos que constituem “*insumos valorizados pelo capital transnacional*”, que envolvem centros de gestão e serviço, boa infraestrutura de transporte a partir dos aeroportos até os centros, infraestrutura de comunicação por satélite, disponibilidade de hotéis de luxo que sejam seguros e mercado de trabalho com pessoal qualificado.

O consumidor preferencial é o investidor que vem do exterior, mas o de alto poder aquisitivo. A imagem que se vende, tal qual em Barcelona, é da cidade segura, o que, aponta Vainer, combina com a imagem de uma cidade justa e democrática. Não significa que não possa haver desigualdade social na cidade, mas que essa não pode ser visível. A cidade não precisa ser realmente segura, mas ela precisa ter áreas seguras para os visitantes de luxo, ainda que isso signifique isolar a pobreza:

A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo entre os estrategistas carioca-catalães quando o diagnóstico aponta como um dos problemas ‘a forte visibilidade da população de rua’ (Plano Estratégico do Rio de Janeiro,

p.50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental). (VAINER, 2002:82)

A cidade é, portanto, uma mercadoria para o capital internacional, os visitantes e usuários de luxo. Quem não pode adquirir essa mercadoria precisa ser tirado da margem de visão do público alvo.

A cidade-empresa é uma cidade que não é mais um objeto passivo, mas um sujeito ativo, que compete por investimentos e tecnologia. O planejamento estratégico será trazer para o ambiente público da cidade os princípios privados de uma empresa, então a cidade vai funcionar na lógica do mercado, respondendo a ela. O Estado, como no neoliberalismo, vai servir para atender aos interesses do grupo dominante. Isso será feito por meio da parceria público-privada, que é o que vai garantir o fim da “*separação rígida entre o setor público e o privado*” (CASTELLS & BORJA, 1996 *apud* VAINER, 20012:88), com isso garantindo a participação direta dos capitalistas nos processos de decisão. Essa não é uma proposta apenas administrativa, mas de reconfiguração do poder. O/A prefeito/a democraticamente eleito/a não vai mais tomar decisões, quem vai fazer isso serão os empresários, afinal são eles que entendem das tendências do mercado:

Se se toma a experiência do Rio de Janeiro, em que um consórcio empresarial e associações patronais, em parceria com a Prefeitura, conduziram o processo de maneira absolutamente autoritária e fechada à participação de segmentos de escassa relevância estratégica, talvez se devesse falar de democracia direta da burguesia. (VAINER, 2002:90)

Para esse projeto dar certo não pode haver conflitos, o consenso é um imperativo, que para ser alcançado vai precisar de dois elementos solidários: *a consciência de crise* – não precisa que haja uma crise de fato, mas que se tenha a percepção de haver uma “*crise de crescimento e perda de oportunidade*” (BORJA & CASTELLS, 1997 *apud* VAINER, 2002:93) – e um *patriotismo cívico*, que vai ser o sentido de pertencimento à cidade, de orgulho de seu passado e de expectativa positiva para o futuro. Os projetos de embelezamento, maquiagem da cidade, são fundamentais para esse patriotismo, porque vão manter o cidadão dos segmentos estratégicos identificados com o Planejamento Estratégico da cidade, dando-lhe assim maior legitimidade.

O que o planejamento estratégico urbano quer não é se ver livre da pobreza e da marginalidade, ao contrário, como já vimos, essa pobreza alimenta a riqueza. Mas quer “jogar para debaixo do tapete” essa população, essa massa de pessoas indesejáveis. Os centros urbanos, no caso do Rio de Janeiro, a Zona Sul e o Centro da cidade, precisam ser atrativos para investidores e visitantes de luxo. As favelas podem ficar, desde que sejam transformadas em lugares de turismo.

Favela que não é turística tem muros, supostamente para proteger a população moradora, mas na realidade é para não ficar exposta aos visitantes, como a favela da Maré na Linha Vermelha, via de acesso do aeroporto internacional para o Centro e para as zonas mais valorizadas da cidade.

A direita conservadora e liberal pretende o consenso porque só assim o neoliberalismo consegue funcionar. Esse desejo do consenso, no entanto, é antidemocrático em si, porque vem de um projeto de democracia deliberativa que, cada vez mais, esvazia a arena de debates políticos ao desencorajar a participação popular nos processos de deliberação (Mouffe, 2005). É um projeto que parte de abstrações, que fala na construção de uma sociedade em que homens e mulheres, pessoas cisgêneras¹⁹ e pessoas transgêneras tenham acesso igualitário, partindo do pressuposto de que todas e todos são iguais quando sabemos que não são.

Em vez de tentar apagar o poder das relações sociais é preciso encarar que o poder não é erradicável, pois é um dos constituintes das relações sociais (FOUCAULT, 2015) e, como tal, tem a possibilidade de flutuar entre polos diferentes. Assim podemos pensar em maneiras de confrontar o poder e transformar as relações sociais em mais igualitárias e o próprio poder em algo mais contestável e passível de desafios. Para tanto é que deve haver conflito, mas um conflito entre pessoas que se reconheçam iguais, o que Mouffe (2005) chama de conflito agonístico. A autora trabalha com um projeto de democracia radical onde política é conflito.

Respeitar e reconhecer a legitimidade de adversários no debate político não faz parte, no entanto, do projeto neoliberal. As desigualdades produzidas e reforçadas também se pautam, afinal, na crença de que algumas vidas valem mais do que outras (BUTLER, 2010), alguns interesses “interessam” mais do que outros. E esse modelo de planejamento que cria uma cidade para poucos gera tensões e traça o cenário para conflitos sociais envolvendo a cidade. Os movimentos sociais urbanos são movimentos em busca do direito à cidade, que *“não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”* (LEFEBVRE, 1996 *apud* HARVEY, 2013), mas é, como aponta Harvey, *“o direito de mudar a cidade de acordo com nossos corações. [...] A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos mais preciosos direitos humanos”* (HARVEY, 2013:28)

¹⁹ O termo cis refere-se a cissexual ou cisgênero. De acordo com Serano (2010), “‘Trans’ significa ‘através de’ ou ‘no lado oposto de’, enquanto ‘cis’ significa ‘no mesmo lado que’”. Então, se alguém tem seu sexo atribuído ao nascer, mas posteriormente passa a se identificar e a viver como um membro do outro sexo, essa pessoa é chamada de ‘transexual’ (porque ela cruzou de um sexo para outro), e uma pessoa que vive e se identifica com o sexo atribuído no nascimento é chamada de ‘cissexual’”. Para aprofundamentos, veja: Serano (2010) e Bagagli (2012)

Harvey mostra também, lembrando Lefebvre, que a forma de mudar a cidade é por meio de luta política. E que essa luta não pode se intimidar pelo medo da violência, pois quando esses conflitos sociais surgirem, o Estado vai ter outro papel também interessante para o neoliberalismo: o de manutenção da ordem. E não poucas vezes pela força:

O papel do Estado é fundamental [...] por manter a 'ordem social' necessária à realização de um determinado 'modelo de acumulação'. Nesse aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante 'modelo de ordem social' de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e a contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser a condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil. (KOWARICK, 1993:63)

VIDAS PRECARIZADAS E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO

A força do aparelho repressor do Estado é muito conhecida no Rio de Janeiro. As classes populares dificilmente conseguem alcançar os meios midiáticos de ampla divulgação, mas em função do Facebook, Youtube, Soundcloud e outros aparatos tecnológicos pode-se ter acesso a muitas denúncias feitas por pessoas pobres, periféricas, que integram os movimentos sociais organizados ou não.

Indianara Siqueira, travesti e prostituta, em palestra documentada no Youtube, sobre a perseguição da polícia ao movimento organizado de prostitutas comenta: *"A polícia militar foi treinada na ditadura pra combater pessoas que lutavam por seus direitos e ela vai continuar combatendo quem luta por seus direitos."*²⁰

Novamente o funk aparece como instrumento de visibilização da violência do Estado, na forma de crítica social e denunciando a criminalização da pobreza. O grupo Anarcofunk, composto por pessoas que moram em favelas e periferias do Rio de Janeiro e que estão todos os dias sobrevivendo ao aparelho repressor do Estado, denuncia essa violência em suas composições.

²⁰ Indianara Siqueira em fala no painel "Identidade de gênero e luta de classes", que pode ser conferido no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=fVgUft40qCU>. Acesso em 05 de abril de 2015.

Essas composições não chegam à mídia de massa²¹, mas são bem conhecidas principalmente entre a juventude que participa do cenário de lutas sociais na cidade do Rio de Janeiro. O som é o que chamam de “*copyfight*” – não só não há reivindicação de autoria e de direitos autorais, mas se pretende a difusão do material para combater a ideologia neoliberal acerca da cidade e da propriedade. As letras trazem críticas às políticas do Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (2009-2016), que é chamado de “Dudu” em algumas canções; do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (2007-2014); às UPPs (Unidades de Polícia “Pacificadoras”); ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal); ao populismo de políticos; às obras do Porto Maravilha; e até à diferenciação de peso que se dá às vidas nas favelas e à ordem no Leblon, bairro “nobre” da zona sul do Rio de Janeiro.

Na música “P.A.C – Processo de Aceleração à Chacina”, há críticas à formação do Exército e às UPP:

Treinamento do exército para matar pobre
Modelo Camboja, mas é o Haiti
É o Vietnam que está por aqui
Nessas favelas que estão por aí
[...]
UPP Pacificar
Pacificar pra reprimir
Pra reprimir para matar
O pobre exterminar²²

A letra de “Levanta a Favela” faz a crítica ao clientelismo de políticos que aparecem nas comunidades à época de eleições e fazem sempre as mesmas promessas de melhorias de infraestrutura, mas não cumprem:

Chegou lá no meu morro prometendo luz e água
(É só caô! É só caô!)
Propaganda furada, propaganda furada
Só pisa lá na vila pra iludir a gurizada
(Para de caô! Para de caô!)
E de bom não faz nada`

Todo ano faz promessa que vai melhorar pro povo
Tá mentindo de novo, tá mentindo de novo
(Quer comprar você, quer comprar você)

²¹ Como asseverado por Lopes, “*o mercado funkeiro cria rígidas hierarquias e acaba funcionando através de uma frívola fórmula de exploração de seus artistas e de homogeneização de suas produções.*” (2011:173). Assim, ao mesmo tempo em que é altamente mercantilizado, é também criminalizado e estigmatizado, chegando apenas seletivamente à reprodução pela mídia de massa.

²² “P.A.C – Processo de Aceleração à Chacina”, Anarcofunk, 2013

O povo se organiza e já sabe o que fazer
Te botar pra correr, te botar pra correr
(Não fode! Não fode!)

E chegou e chegou, chegou
(Autonomia, auto-gestão em nome da população)
Chegou lá, chegou lá,
(Autonomia, auto-gestão em nome da população)²³

A letra de “A Maré tá cheia” faz referência a um fato que ocorreu no Leblon, durante atos de ocupação do bairro, em especial da rua em que morava/mora o então governador do Estado, Sérgio Cabral. Nesses atos, o elegante bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro viu, pela primeira vez, um veículo blindado do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que serve para ocupações que resultam em grave violência aos moradores de favelas, o “Caveirão”²⁴. Em um dos dias de ato, dia 16 de julho de 2013, o caos se instaurou no bairro e algumas vitrines foram quebradas, especialmente as de um banco e da Rede Globo de Televisão. Uma das vitrines quebradas foi da loja de roupas Toulon, que foi também saqueada e teve alguns de seus manequins queimados²⁵. A queima dos bonecos de gesso (?) gerou grande comoção no bairro e na cidade, que temia pela vida das famílias “de bem” frente aos “vândalos”. Alguns dias antes, no entanto, haviam sido mortas treze pessoas na favela da Maré em operação da Polícia Militar²⁶ e os movimentos sociais denunciaram a diferença de tratamento público, inclusive da mídia de massa, dado à questão. A música do Anarcofunk resgata essa história, assim como o “desaparecimento” de um morador da Rocinha, o Amarildo, também em operação da Polícia Militar:

Então, duas semanas atrás, num protesto 13 pessoas morreram na favela da Maré
Uma semana depois, alguns manequins foram queimados nas ruas do Leblon
E a cúpula de segurança da Secretaria do Rio se reuniu para combater o mal
E proteger os manequins da Toulon.
Moral da história: tem muito mais valor a vida de um manequim na Toulon do que a vida na Maré

A Maré tá cheia de sangue

²³ “Levanta a Favela”, Anarcofunk, 2012

²⁴ O Caveirão chega sempre botando terror na favela, porque onde passa sabe-se que a probabilidade de tiroteio e morte é grande. A chegada do Caveirão no Leblon, no entanto, foi recebida de forma carnavalesca pelos moradores do bairro, que pousavam para fotos ao lado do veículo e de policiais.

²⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/dono-de-loja-depredada-em-protesto-no-rio-chora-e-desabafa-maldade.html> acesso em 30 de setembro de 2015.

²⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/sobe-para-10-numero-de-mortos-em-operacao-na-mare-no-rio-diz-policia.html> acesso em 30 de setembro de 2015.

A Maré tá cheia de morto
A Maré tá cheia de sangue
A Maré tá cheia de corpo

E na Maré, na Maré, Polícia mata quando quer
E na Maré, na Maré, Polícia mata quem quiser

Mas a Rocinha diz:
- Seu Amarildo, onde tu tá?
Sumir desse jeito, não. Assim não dá.!

Eu passei no Arará e fui lá no Jacaré
Tava indo no Manguinho só pra ver de qual que é
Conversar com o companheiro do Complexo do Alemão
Que falou que o bagulho por lá tá sinistro

É PM, é Civil pronto pra te esculachar
E a força militar pronta pra te exterminar²⁷

E a letra “Porto Maravilha” fala do projeto de reestruturação da área portuária, que vem sendo promovido pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro como sendo “*maravilha pro burguês*”, afirmando o caráter especulativo do projeto, ao chamar o prefeito de “*‘Dudu’ da especulação*”²⁸.

O conflito é cotidiano na vida de pessoas pobres, moradoras de favelas no Rio de Janeiro. E o que o Estado faz, por meio de seu aparelho repressor, é tentar impedir que esses conflitos cheguem às áreas onde vivem as pessoas de maior poder econômico e à arena política de debate, pois é nisso, nessa impossibilidade do embate, que consiste a busca do consenso. A repressão autoritária das divergências políticas no planejamento e dos conflitos sociais, no entanto, impede a própria democracia de acontecer, como já vimos. O papel dos movimentos sociais, portanto, tem que ser o de desestabilizar a ordem, responder à super-exploração da força de trabalho e à reduzida participação do Estado na reprodução dessa força de trabalho²⁹ para buscar influenciar no modelo de gestão da cidade.

Os empresários e grupos dominantes dispõem de meios financeiros e têm acesso relativamente fácil aos detentores dos aparatos estatais, então não precisam se mobilizar coletivamente, mas não é o caso das classes populares, que precisam se fortalecer pela organização coletiva para coordenar suas reivindicações. Além disso, a burguesia consegue se unir

²⁷ “A Maré tá cheia”, Anarcofunk, 2013.

²⁸ “Porto Maravilha”, AnarcoFunk, 2012.

²⁹ Em planejamento urbano denomina-se ‘reprodução da força de trabalho’ as condições que o sistema de produção tem para garantir salários, moradia, alimentação, educação e capacitação de trabalhadores.

porque é um grupo estruturalmente homogêneo e, ainda que tenha alguns interesses distintos em sua composição interna, age em prol de um interesse maior compartilhado: o aumento da riqueza.

As populações periféricas, no entanto, não têm o mesmo acesso aos tomadores de decisão e como a gestão coletiva dos serviços urbanos é de caráter público, precisam se organizar coletivamente para pressionar o Estado a fim de que atenda às suas reivindicações.

Essa massa, por um lado, é homogênea: é o “povão”, é o pessoal “da baixada”, “da perifa” ou “da favela”. É a chamada *classe popular*, porque essas pessoas compartilham precariedades urbanas. Mas é também uma massa heterogênea, composta por operárias/os de fábricas, por trabalhadoras/es informais, por assalariadas/os do setor de serviços, por assalariadas/os do aparato burocrático de menor nível, por pessoas desempregadas que vivem de “bicos”, por prostitutas. E também por homens e mulheres; pessoas migrantes; pessoas locais; pessoas cisgêneras e transgêneras, lésbicas, gays, bissexuais, heterossexuais; pessoas brancas, negras, indígenas. O que essas pessoas vão ter em comum é o fato de serem pessoas exploradas e expropriadas pelo capital. Muitos autores criticam a falta de fortalecimento dessas massas enquanto movimentos sociais que lutem pela cidade:

Parece relevante destacar a enorme dificuldade [do movimento popular] para construir um enunciado coerente sobre a cidade. A verdade é que, mesmo entre os segmentos mais consistentemente organizados do sindicalismo e do movimento popular, estamos muitíssimo longe de uma percepção da cidade como terreno fundamental da luta econômica, política e cultural. Sindicalistas, mesmo aqueles que representam profissões e ocupações diretamente engajadas na prestação de serviços públicos urbanos têm enormes dificuldades para reconhecer a dimensão estratégica da cidade que, cada vez mais, se apresenta como espaço e objeto privilegiado da luta política e reivindicatória, da constituição de identidades e da construção de alianças (VAINER, 2000:119)

O que levantamos, contudo, não é a hipótese do autor, no trecho, de que falte a “*percepção da cidade como terreno fundamental na luta política e econômica, política e cultural*”, mas sim que um dos motivos para a “*enorme dificuldade para construir um enunciado coerente sobre a cidade*” reside na falta de atenção às especificidades das diferentes identidades. E que é preciso que a essas diferenças se dê atenção para, aí sim, ser possível a construção de alianças para elaboração de um enunciado coerente sobre a cidade.

Quando mulheres apontam que as cidades estão sendo planejadas por e para homens, são tratadas como se estivessem trazendo interesses pessoais especiais – como se ser mulher nos tirasse a categoria de sermos humanas, como se o interesse de andar em ruas iluminadas em

segurança fosse só nosso. A diferença é que a falta de iluminação e segurança coloca os homens em risco de perderem objetos, como telefones celulares, mas coloca a nós, mulheres e pessoas trans, em risco de sermos estupradas. O mesmo acontece quando, nos movimentos de ocupações, por exemplo, denunciam que as tarefas de cuidado do lar, das crianças, de cozinha estão sendo apenas feitas por mulheres ou quando denunciam violência doméstica, estupros dentro da comunidade ou de uma ocupação e são silenciadas sob pretexto de estarem enfraquecendo ou dividindo o movimento porque estão demonstrando as deficiências daqueles projetos. No entanto, o que efetivamente fragmenta os movimentos populares é a *manutenção de hegemonias*.

No funk “proibidão” feminista, as mulheres do grupo PaguFunk tecem críticas a essa invisibilização e às violências perpetradas por aqueles que deveriam ser seus companheiros de militância³⁰:

É militante de esquerda, mas bate na companheira?
Não será perdoado
Vou cortar sua pica
Paga de libertário, mas é anarcomacho?
Vou cortar
Vou cortar
Vou cortar sua pica³¹

As mulheres das periferias, das comunidades e favelas propõem a construção de novas formas de socialização, chamam outras mulheres à conscientização e à luta contra o patriarcado dentro de seus próprios ambientes. Como disse, quando nos conhecemos, a cantora do grupo Pagufunk: “*na favela da baixada não chega Simone de Beauvoir, mas chega Valesca*”. Precisamos entender que o que essas mulheres fazem é, sim, produção de conhecimento. É produção de vida, é proposta para o Direito, é proposta para o Urbanismo, é proposta para as universidades e para os movimentos sociais urbanos.

CONCLUSÃO

As mudanças que queremos não podemos esperar que venham do Estado, que sejam institucionais. Precisamos provocá-las nós mesmas e nós mesmos, começando individualmente por cada um e cada uma. Se a “democracia radical” de Mouffe (2005) não está sendo possível nos espaços institucionais, ela precisa ser possível no seio dos movimentos sociais, que não podem

³⁰ Ver Facina, 2013.

³¹ Pagufunk, “A missão vai ser cumprida”, 2013

reproduzir as práticas neoliberais de buscar unidade escondendo a “sujeira”, no caso, as diferenças, debaixo do tapete. Cabe a esses movimentos a busca pelo projeto de democracia que envolva participação ampla motivada pelas paixões e visando novas formas de planejar comunidades.

A busca por alianças possíveis (BRAH, 2006) em meio às diferenças, faz pensar a teoria e a prática de planejamento urbano de forma a potencializar os movimentos sociais e para isso as pessoas que tiveram e têm acesso às universidades e aos espaços reconhecidos pelo poder institucional como lugares de produção de saber e conhecimento técnico precisam sair do local de fala e entrar no local de escuta. Escutar os movimentos sociais urbanos, não como algo homogêneo, mas nas diferenças que os compõem, ao fazer a escuta de pessoas negras, de mulheres, de prostitutas, de travestis, de mulheres e homens transexuais, de mulheres lésbicas “caminhoneiras”, de homens gays “afeminados”. Trata-se de não deixar brechas entre a teoria e a prática, ao escutar as margens, os “indesejáveis” e nos incorporar aos projetos que elas e eles querem para suas próprias comunidades.

Os movimentos sociais urbanos, quando buscam e renovam estratégias de articulação dos movimentos de identidade que envolvam a cidade podem desenvolver sua potência para mostrar, como afirma Harvey (2013), que o direito à liberdade na cidade é também o direito humano de fazermos e refazermos a nós mesmas/os.

BIBLIOGRAFIA

ANARCOFUNK. **PAC – Processo de Aceleração de Chacina**, Rio de Janeiro: copyfight, 2013.

_____. **Levanta a favela**, Rio de Janeiro: copyfight, 2012.

_____. **A maré tá cheia**, Rio de Janeiro: copyfight, 2013.

_____. **Porto Maravilha**, Rio de Janeiro: copyfight, 2012.

BAGAGLI, Beatrice P. O que é cisgênero? In **Transfeminismo**: 2012. Acesso em: <http://transfeminismo.com/2014/03/23/o-que-e-cisgenero/> 09/10/2014

BRAH, Avtar, Diferença, diversidade, diferenciação. In **Cadernos Pagu** n. 26, janeiro-junho de 2006, pp. 329-376.

BUTLER, Judith. **Marcos de guerra**: las vidas lloradas. Buenos Aires: ed Pai Dos, 2010.

CERQUEIRA, Daniel e COELHO, Danilo Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

CHANT, Sylvia. The 'feminisation of poverty' and the 'feminisation' of anti-poverty programmes: room for a revision? In **Journal of development studies**, vol. 44, n 2, Fevereiro de 2008, pp 165-197.

CORRÊA, Sonia & PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. in **PHYSIS: Revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: 6 (1/2) 1996, pp. 147-177.

FACINA, Adriana et. al. **Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 28ª Edição. São Paulo: Graal, 2015.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

GALLARDO, Helio. **Derechos Humanos como movimiento social**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2006.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Org. e trad. por Tomaz Tadeu. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARVEY, David. Do administrativos ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, pp. 163-190.

_____. A liberdade da cidade. In MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 27-34.

_____. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERRERA FLORES, Joaquín. **De Habitaciones Propias y Otros Espacios Negados. Una teoría crítica de las opresiones patriarcales**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005.

HOOKS, bell. Mujeres Negras: Dar forma a la teoría feminista" in **Otras inapropiadas**. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2004.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana, Paz e Terra**, São Paulo, 1983.

LOPES, Adriana Carvalho, **"Funk-se quem quiser": no batidão negro da cidade carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2011.

MC NÉM. **Piranha é o caralho, você não sabe o que eu sofri em casa**. Rio de Janeiro, 2013.

MELINO, Heloisa. **Direito, linguagens e emancipação: Processos de luta e o potencial transformador dos movimentos sociais**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. Londres: Verso, 2005.

PAGUFUNK. **A missão vai ser cumprida (proibição feminista)**, Rio de Janeiro: copyfight, 2013.

_____. **Contra o genocídio do povo negro**, Rio de Janeiro: copyfight, 2014.

RITZDORF, Marsha. **Feminist thoughts on the theory and practice of planning**.

SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. Feminist theory and planning theory: the epistemological linkages. In: Campbell, Scott; Fainstein, Susan. **Readings in planning theory**. Malden/Mass, Blackwell Publishers, 1996, pp. 471-478.

SANDOVAL, Chela. **Methodology of the oppressed**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SANTOS Jr, Orlando. A reforma urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora nos planos diretores brasileiros. In COSTA, G. M. e MENDONÇA, J.G. **Planejamento urbano no Brasil: Trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

SERANO, Julia. **Whipping Girl FAQ: on the words, transsexual, transgender and queer in Whipping Girl: 2008** Acesso em: <http://juliaserano.livejournal.com/6195.html> 09/10/2014.

SOUTO MAIOR, J. L. **A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 84

VALESCA, **Larguei meu marido**. Rio de Janeiro: gravadora Berger Mobile, 2007.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do do Plano Estratégico Urbano. In Arantes, O., VAINER, C. & Maricato, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

Trabalho enviado em 04 de agosto de 2016.

Aceito em 20 de setembro de 2016.